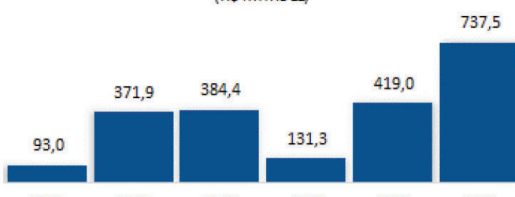
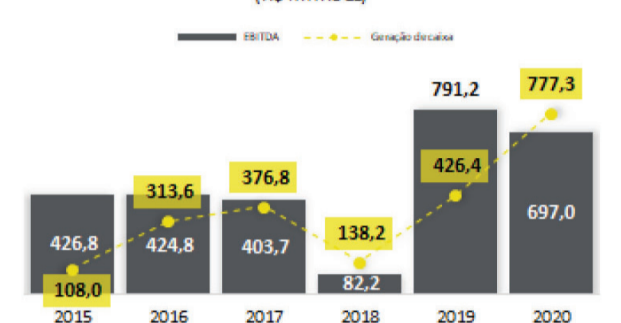
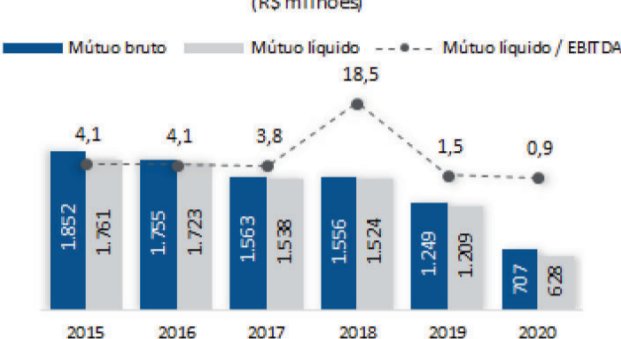


RELATÓRIO ANUAL 2020
Amortização do mútuo
(R\$ milhões)


O EBITDA totalizou R\$ 697 milhões em 2020, uma redução de 12% comparado a 2019. A queda no resultado ocorreu principalmente pelo custo com dragagem de manutenção realizada em 2020 e menor receita devido ao reajuste de tarifas portuárias. A margem EBITDA de 2020 foi de 78%. A dívida líquida chegou a R\$ 0,6 bilhões em 2020, principalmente pelo resultado da amortização de R\$ 738 milhões do mútuo com os acionistas da Companhia e redução da taxa de juros do país. Os investimentos somaram R\$ 59 milhões em 2020, sobretudo em projetos pontuais de manutenção das operações, como o repotenciamento dos equipamentos da linha de empilhamento, rota de emergência e recuperação de estruturas corroídas.

EBITDA/ Geração de caixa
(R\$ milhões)

Endividamento
(R\$ milhões)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RECEITA BRUTA: Em 2020, a Ferroport obteve uma receita com minério de ferro de R\$ 971 milhões, uma redução de 1% em comparação ao último ano.

COMPOSIÇÃO DO EBITDA

R\$ mil	2017	2018	2019	2020
Receita Líquida	525.875	191.108	927.144	892.710
Opex	(122.213)	(108.900)	(135.973)	(195.759)
EBITDA*	403.661	82.208	791.171	696.951

*EBITDA ajustado. Opex sem Depreciação/Amortização e Outras receitas/despesas operacionais.

O EBITDA de 2020 apresentou uma redução de 12% comparado a 2019, ocasionada essencialmente pela dragagem de manutenção realizada em 2020.

OpEx - R\$ Mil	2017	2018	2019	2020
Pessoal	57.325	48.071	55.948	60.231
Depreciação e Amortização	37.722	53.618	49.284	54.384
Serviços de Terceiros	29.254	21.746	30.155	74.765
Aluguéis e Arrendamentos	6.203	4.216	2.867	4.540
Seguros	4.188	3.765	4.234	5.359
Consumíveis	36.278	25.433	43.240	45.850
Contingências	45	12.635	3.803	4.738
Viagens e Representações	391	400	388	169
Outros	2.760	6.137	7.730	10.997
Total	174.166	176.021	197.649	261.034

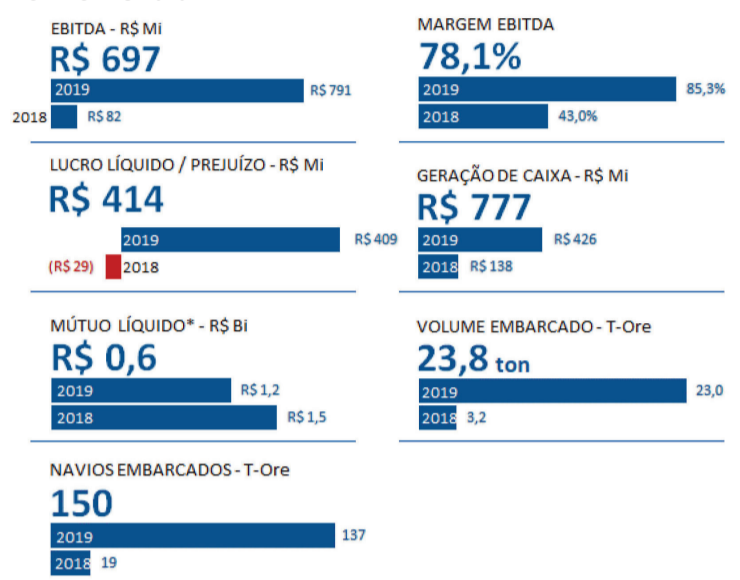
Os custos e despesas de 2020 totalizaram R\$ 261 milhões, um aumento de R\$ 63,4 milhões em relação a 2019. Os principais impactos ocorreram nas linhas de serviços de terceiros (dragagem), depreciação/amortização, pessoal e consumíveis, em razão do maior headcount e consumo de energia. Durante o ano, houve ainda gastos excepcionais com o combate ao COVID-19. Pode-se destacar: Compra de EPI's para todos os colaboradores, adequações nos prédios administrativos, refeitórios e nas frota de ônibus, compra de equipamentos para higienização pessoal, além de doações de EPI's e equipamentos para hospitais e população da região. **LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO.** Em 2020, o lucro líquido foi de R\$ 414 milhões, representando uma margem líquida de 46%. Um acréscimo de 1% em relação a 2019.

SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE

SUSTENTABILIDADE: A Ferroport busca estar próxima às comunidades, baseada na transparência das informações e na construção de um espaço de diálogo permanente, com o objetivo de identificar parceiros e oportunidades, e colaborar para impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Em 2020, mesmo em meio a um cenário tão adverso e desafiador, a Ferroport realizou diversas ações

para garantir a segurança de seus colaboradores e estendeu a mão à comunidade que está em torno. Como integrante do Comitê de Ações Humanitárias, formado também pelas empresas Porto do Açú, GNA e Açú Petróleo, a Ferroport participou da implementação de medidas de prevenção e combate à pandemia. O Comitê realizou uma série de doações voltadas para a área da saúde e serviços essenciais dos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Foram 1.300 EPIs, 2 termômetros, 50 mil pares de luvas, 5 mil unidades de insumos para produção de face shields, 6 mil máscaras TNT produzidas e doadas, 37.500 máscaras N95 para profissionais de Saúde, 2.500 aventais e recuperação de 26 ventiladores pulmonares. Além disso, o Comitê se uniu ao Instituto Brasileiro de Petróleo e Biocombustíveis (IBP) e às empresas Equinor e SBM para apoiar o projeto "Dados do Bem". Houve apoio também ao projeto "Salvando Vidas", do BNDES. Os recursos foram destinados a Santa Casa de Misericórdia de São João da Barra e outras instituições filantrópicas de saúde do país, dentre eles, o projeto de financiamento coletivo "Salvando Vidas". O isolamento decorrente da pandemia afetou também os pequenos empreendedores. Com o nosso apoio, famílias de pequenos agricultores, cuja produção de alimentos estava parada por conta da Covid-19, puderam escoar sua produção e ajudar no abastecimento de famílias de baixa renda, beneficiando 13 instituições de caridade e 1,4 mil pessoas. Foram aproximadamente 7 toneladas de alimentos doados. A Ferroport adaptou as atividades para encontros online através de aplicativos. Foram realizados 20 diálogos sociais online com 250 participantes e 80 horas dedicadas a temas de saúde mental e bem-estar na pandemia. Os colaboradores e familiares foram envolvidos nas ações de conscientização e preservação do meio ambiente em diversas atividades online. O Programa de voluntariado, desenvolveu 4 ações que foram adaptadas para o formato drive-thru, permitindo que as doações ocorressem de forma segura. O projeto envolveu 100 colaboradores e 1.579 pessoas foram beneficiadas no intuito de promover o envolvimento dos funcionários, empresa e comunidades vizinhas. **Programa de Reflorestamento:** A Ferroport, através do compromisso com o meio ambiente, foi reconhecida como uma das empresas que mais quitou áreas de reflorestamento no Estado do Rio de Janeiro. Em 2020, foi atingida a marca de 1.595 hectares plantados de 1.929 hectares acordados no termo de compromisso ambiental. **Gestão Ambiental no site:** A Ferroport faz uso da água potável que é tratada no próprio site após captação subterrânea, o que proporciona maior rastreabilidade da água, segurança hídrica e economia. Atualmente, a Companhia possui a outorga emitida pelo INEA para utilização de dois poços, ampliando assim, a disponibilidade de recurso licenciado. Contudo, com investimentos na Estação de Tratamento de Água realizados no final do ano de 2020, espera-se resultados significativos para o aproveitamento deste recurso natural dentro do site para o ano de 2021. A gestão de resíduos do terminal foi mais eficiente em 2020, com aumento do índice de reciclagem e redução de custo com frete para a destinação dos resíduos. Tais práticas sustentáveis serão continuadas em 2021 com o intuito de gerar o menor impacto ambiental e maior eficiência financeira. **Sistema de Gestão Integrada (SGI):** A Ferroport manteve-se focada em implementar o Sistema de Gestão Integrada, demonstrando o compromisso em garantir que suas operações estejam em conformidade com as normas e padrões mais elevados de gestão da qualidade, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional para os serviços de logística portuária. Foram concluídas com sucesso, e validadas por meio de auditoria externa, as ações previstas no cronograma 2020 para implantação do SGI. A Política de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (QSMS) foi publicada e amplamente divulgada para fornecedores e colaboradores próprios e terceiros. Foram, ainda, revisados mais de 3.000 requisitos legais pertinentes às atividades da Ferroport e terceiros, tendo sido incluídas evidências de atendimento e, quando cabível, justificativas de não aplicabilidade para cada requisito. No decorrer do ano foram realizados treinamentos internos para colaboradores indicados como facilitadores do SGI, abordando itens normativos e sua aplicação prática nos processos da Ferroport. Foi realizado, ainda, treinamento externo de interpretação e implantação das normas de Gestão de Qualidade, de Gestão Ambiental e de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, que compõe o SGI Ferroport. Além disso, foram criados e revisados diversos documentos para apoio do SGI Ferroport, dentre eles, o Manual do SGI, que inclui o contexto da organização e escopo do serviço para possível certificação, planilhas de identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais, mapeamentos de processo e descrição dos indicadores de cada área, juntamente com a identificação das partes interessadas, internas e externas, envolvidas em cada processo. **Segurança e Saúde Ocupacional.** Não houve registros de acidentes com afastamento na empresa de novembro de 2019 até dezembro de 2020. Desta maneira, desde o início das operações em outubro de 2014 até novembro de 2019, foi registrada a marca de 5,5 milhões de homens horas trabalhadas sem acidentes com afastamento, incluindo empregados próprios e terceirizados. Em novembro de 2019 houve um incidente com um colaborador de empresa terceirizada que gerou afastamento. Em 2020, as verificações comportamentais realizadas foram focadas nas atividades críticas e com coach do SSO melhorando a qualidade das verificações nas atividades de campo. A matriz de treinamentos obrigatórios de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO), que atende a todos os requisitos legais aplicáveis às operações da Ferroport, foi paralisada de março a outubro de 2020 devido ao Covid-19. Os treinamentos foram retomados em novembro, garantindo a capacitação dos empregados. A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), dentro de seu planejamento, realizou a SIPAT Integrada 2020 (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho) de forma on-line devido ao Covid-19, junto com a Anglo American, Açú Petróleo, Oiltanking e empresas contratadas. Mais de 500 colaboradores puderam participar de atividades direcionadas a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Para casos de emergências, uma equipe dedicada e treinada de bombeiros civis e técnicos em enfermagem socorristas, suportados por um caminhão de emergência, uma caminhonete para combate, uma ambulância tipo D e uma ambulância tipo B, estão de prontidão para agir e garantir um rápido atendimento. Foram realizadas diversas campanhas de orientação e conscientização sobre promoção da saúde e segurança, tais como maio amarelo, outubro rosa, novembro azul, testagem de Covid-19, alimentação saudável e trânsito seguro. **Relacionamento com auditores independentes.** Em atendimento à instrução normativa CVM nº 381/2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a Ferroport relacionados ao exame das demonstrações financeiras. Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. **Declaração da diretoria.** Nos termos da instrução CVM 480/09, os diretores da Ferroport declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Rio de Janeiro, A Administração.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Um ano desafiador, mas marcado por grandes oportunidades de superação e conquistas. Ao longo de 2020, o cenário adverso causado pela pandemia do Covid-19 exigiu de nós ações imediatas para proteger nossos trabalhadores, manter nossas operações e preservar nosso caixa. Passamos a realizar um monitoramento de perto de todos os colaboradores e terceiros, com testagens constantes e direcionando parte da nossa força de trabalho para o home office. Viagens e realização de eventos foram suspensas. Além disso, aderimos a uma série de ações e protocolos determinados pela Vigilância Sanitária e autoridades públicas de saúde, instituímos um comitê de crise interno e passamos a integrar o Comitê de Ações Humanitárias do Porto do Açú, estendendo nosso apoio à comunidade, por meio de doações de equipamentos e EPIs para saúde pública, de alimentos à população mais vulnerável e apoiando empreendedores rurais locais. Nesse cenário adverso, unimos forças para superarmos os desafios e conquistar marcos para Ferroport. Tivemos o melhor resultado operacional da história da companhia: 23,8 milhões de toneladas embarcadas em um ano. Em março de 2020, conquistamos a marca de maior volume embarcado em um único mês: 2,4 milhões de toneladas. Números alcançados sem registro de nenhum acidente com afastamento, destacando nosso compromisso negociável com a segurança. Os resultados foram tão expressivos que tiveram reconhecimento de instituições notáveis, como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ. A agência nos qualificou entre os dez melhores portos privados do País. Fomos reconhecidos pelo Jornal Valor Econômico como a segunda maior empresa no setor de Transporte e Logística. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a Firjan, reconheceu nosso trabalho de reforestamento em Guaxindiba (RJ), entre os quatro melhores projetos em biodiversidade e serviços ecossistêmicos do Estado do Rio de Janeiro. E nossos colaboradores, por meio da Pesquisa de Clima do Great Place To Work, nos reconheceram como uma excelente empresa para se trabalhar. Atingimos o marco de 91,5 milhões de toneladas de minério de ferro embarcadas em 578 navios desde o início das operações em 2014. Além disso, atingimos um EBITDA ajustado de R\$ 697 milhões, impulsionado pela alta do dólar e gestão eficiente dos custos e despesas. Por tudo isso, queremos agradecer a todos que contribuíram para alcançarmos tais marcos, especialmente aos nossos acionistas, pela confiança e credibilidade, aos nossos colaboradores, pelo comprometimento e trabalho duro, e aos nossos fornecedores, pela parceria. Para 2021, esperamos um ano ainda melhor, com plano de embarque de 25 milhões de toneladas, chegando em 2022 a capacidade nominal do projeto (26,5 milhões de toneladas). Assim, continuamos comprometidos em tornar a Ferroport referência em eficiência e sustentabilidade nas operações portuárias de granéis.

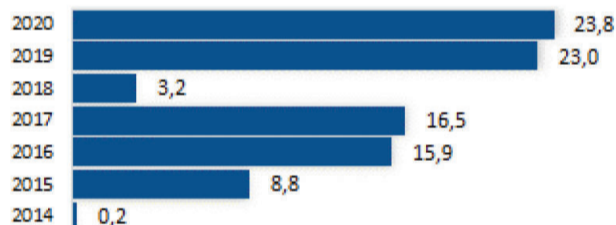
HIGHLIGHTS 2020


*Mútuo com partes relacionadas descontados das disponibilidades.

PERFORMANCE OPERACIONAL FINANCEIRA: As operações no terminal do T-Ore continuam evoluindo conforme planejamento do *ramp-up*. Comparado a 2019, houve um aumento de 4% no volume embarcado. Em 2020, novos recordes de produção foram alcançados: 23,8 milhões de toneladas embarcadas em 150 navios em um ano, 2,4 milhões de toneladas embarcadas em um único mês e a melhor taxa de eficiência operacional desde 2014 (6.005 toneladas embarcadas por hora). Além disso, a disponibilidade dos equipamentos de empilhamento e embarque foram de 99,71% e 91,43%, respectivamente, em função do cumprimento do plano de manutenção. Desde o início das operações em 2014, foram embarcadas 91,5 milhões de toneladas de minério de ferro em 578 navios.

Minério de ferro embarcado

Milhões de toneladas


Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	78.553	38.600	79.143
Contas a receber de partes relacionadas	14	161.994	373.440	161.994
Estoques	6	29.064	25.937	29.064
Impostos a recuperar	8	16.942	75.178	17.039
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	-	787	43
Despesas antecipadas		1.322	1.077	1.324
Outros		1.612	1.217	1.613
Total do ativo circulante		289.487	516.236	290.219
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	9	34.409	37.212	34.409
Partes relacionadas - ativo a ser transferido	14	210.102	210.102	210.102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	731	845	-
Investimentos	11	3.067	4.283	3.067
Direito de uso	12	2.101.680	2.095.888	2.101.680
Imobilizado	13	573	683	573
Intangível		2.466	3.123	2.466
Total do ativo não circulante		2.353.028	2.352.136	2.352.297
Total do ativo		2.642.515	2.868.372	2.868.413
Passivo e Patrimônio Líquido				
Passivo circulante				
Fornecedores		56.230	22.884	56.231
Salários e encargos a pagar		16.449	14.961	16.449
Impostos a recolher	15	11.889	28.095	11.889
Passivos de arrendamentos	11	1.890	1.569	1.890
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	26.154	112.763	26.154
Partes relacionadas - mútuos	14	142.000	137.000	142.000
Total do passivo circulante		254.612	317.272	254.613
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	61.030	35.454	61.030
Passivos de arrendamentos	11	1.400	2.820	1.400
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	130.559	57.579	130.559
Partes relacionadas - contas a pagar	14	210.102	210.102	210.102
Partes relacionadas - mútuos	14	412.192	1.111.814	412.192
Receita diferida com partes relacionadas	14	48.447	50.641	48.447
Provisão para contingências	16	22.386	18.186	22.386
Impostos a recolher	15	32.615	8.828	32.615
Outros		19.365	20.332	19.365
Total do passivo não circulante		938.096	1.515.756	938.096
Patrimônio líquido	17			
Capital social		803.404	803.404	803.404
Lucros a destinar		393.748	-	393.748
Reservas de capital		94.589	94.589	94.589
Reservas para contingências		109.595	109.595	109.595
Reserva legal		48.471	27.756	48.471
Total do patrimônio líquido		1.449.807	1.035.344	1.449.807
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.642.515	2.868.372	2.868.413

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora e Consolidado			
	Capital Social	Reservas de Lucros a Destinar	Reserva de contingências	Lucros ou prejuízos acumulados
Saldos em 1º de janeiro de 2019	17	414.397	94.589	109.595
Lucro líquido do exercício	-	-	-	409.481
Constituição de reserva legal	-	-	20.474	(20.474)
Aumento de capital		389.007	-	(389.007)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		803.404	94.589	109.595
Lucro líquido do exercício	-	-	-	414.463
Constituição de reserva legal	-	-	20.715	(20.715)
Proposta Aumento de capital	-	393.748	-	(393.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		803.404	393.748	94.589

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	18	890.228	923.221	890.493
Custos dos serviços prestados	19	(217.410)	(159.083)	(217.721)
Lucro bruto		672.818	764.138	764.853
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	20	(43.283)	(37.617)	(43.313)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	11.374	14.745	11.374
		(31.909)	(22.872)	(31.939)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		640.909	741.266	640.833
Resultado de Equivalência Patrimonial				
Receitas financeiras	22	74.621	7.907	74.635
Despesas financeiras	22	(56.467)	(113.908)	(56.494)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		658.949	635.735	658.974
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	7	(173.045)	(118.187)	(173.070)
Diferido	7	(71.441)	(108.067)	(71.441)
Total imposto de renda e contribuição social		(244.486)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional. Em 2007, a Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Ferroport" ou a "Companhia"), conhecida anteriormente como LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A., localizada no Estado do Rio de Janeiro, Rua da Passagem 123/ 11º andar – Botafogo, foi constituída com o objetivo de desenvolver e operar instalações portuárias e de prestar serviços de suporte logístico. A Ferroport é coproprietária de uma área de 300 hectares no Porto do Açú, que é destinada ao processamento, movimentação, armazenamento e pelotização de minério de ferro, estrutura *offshore* formado por uma ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e dois berços para o carregamento de minério de ferro. O desenvolvimento do projeto foi estabelecido pelo "Framework Agreement and Asset Allocation Agreement" ("Acordo"), que determina as relações operacionais e comerciais entre a Companhia, a Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumopar"), e a subsidiária da Prumo, a Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo") e a Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A. ("AAMFB"). Em 18 de abril de 2018, a AAMFB notificou a Ferroport a respeito da ocorrência de vários incidentes envolvendo o minério e os pagamentos de ToP foram suspensos. Em 9 de dezembro de 2019, a Ferroport e os Acionistas concordaram em celebrar um acordo para resolver definitiva e irrevogavelmente todas as reclamações e defesas feitas em relação às controvérsias e finalizar irrevogavelmente as Arbitragens, sem julgamento de mérito, no valor de 60 milhões de dólares. Este valor foi recebido em 20 de abril de 2020, conforme mencionado na nota 14. Em 2020, a Companhia embarcou 23,8 milhões de toneladas (não auditadas) de minério de ferro em 150 navios (não auditados) (23 milhões de toneladas (não auditadas) em 137 navios (não auditados) durante 2019). Desde o início das operações em outubro de 2014, a Companhia embarcou 91,5 milhões de toneladas (não auditadas) de minério de ferro, atingindo a marca de 578 navios (não auditados) atracados no porto. Em 2020, a Açú Petróleo S.A. realizou 79 operações (não auditadas) em 190 embarcações (não auditadas), carregando 14,5 milhões de toneladas métricas (não auditadas) de transbordo de petróleo. Em 2019, a Açú Petróleo S.A. realizou 51 operações (não auditadas) em 123 embarcações (não auditadas), carregando 9,6 milhões de toneladas métricas (não auditadas) de transbordo de petróleo. Desde o início das operações em agosto de 2016, foram realizadas 181 operações (não auditadas) em 424 navios Suezmax e VLCC (não auditadas). De acordo com o contrato de acesso ao porto, a Ferroport recebe mensalmente variáveis da Açú Petróleo, pela utilização da área para prestação do serviço. Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência sanitária global, desde então a Companhia e seus acionistas vêm tomando todas as medidas de segurança visando o bem-estar dos colaboradores e a continuidade das operações, acompanhando diariamente a evolução dos cenários do COVID-19 nas regiões de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, sem impacto nas operações da Ferroport. As principais medidas preventivas adotadas e ainda em vigor foram: Instituição de comitê de crise, home office para funcionários, suspensão de viagens e eventos, melhoria da higiene em ônibus, prédios administrativos e refeitório, posto de fiscalização de higiene em veículos, medição de temperatura de funcionários, distribuição de máscaras para funcionários e terceiros, testes em funcionários e terceiros. **Controlada.** Veja abaixo a controlada da Ferroport Logística:

Atividade	Participação societária
Ferroport Serviços – Manutenção	100%

Em Agosto de 2018, Ferroport Serviços EIRELI ("Ferroport Serviços"), controlada da Ferroport Logística, iniciou as operações de prestação de serviços de manutenção e engenharia para empresas alocadas no terminal portuário.

2 Licenças

Tipo	Data de emissão	Vencimento
Permite o gerenciamento da fauna terrestre no porto pela companhia Firjan/Senai Engenharia Consultiva AA número IN003173;	04/04/2019	04/04/2021
A Permissão para o Uso de Recursos Hídricos - OUT IN005405 autoriza a extração de água por meio de poços tubulares, para consumo humano, e outras aplicações (na construção civil e para ser borrifada nas estradas), na Bacia Hidrográfica RH-IX – Baixo Paraíba do Sul;	27/09/2019	27/09/2024
INEA (Instituto Estadual do Ambiente): Licença de Operações (LO) para o recebimento de minério de ferro, unidade de transferência de minério de ferro do pátio de armazenamento, pier de carregamento, áreas de utilidades e oficina de reparos, área administrativa, dragagem para manutenção do calado para acesso e navegação, transbordo de resíduos de embarcações e atividades de carregamento de alimentos, insumos de água potável em embarcações. LO - Procedimento Regulatório 027024 (AVB002815). Renovação de licença por mais 6 anos - AVB003584.	02/09/2015	22/12/2023
ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) autoriza a Ferroport a iniciar a operação do terminal portuário.	02/09/2014	02/09/2039
Permissão para o reabastecimento temporário, pelo uso de caminhões-tanque, rebocadores, e lanchas no terminal de minério de ferro do Porto do Açú - LI no.IN 047638.	13/12/2018	13/12/2023

3 Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis. a. Declaração de conformidade.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), em observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, iniciada com a Lei 6.404/76 com atualizações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, complementados por novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os diretores da Companhia autorizaram a conclusão destas demonstrações financeiras em 25 de março de 2021.

b. Base de mensuração. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. Saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) nas taxas de câmbio de cada final de período.

d. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os principais aspectos que podem ser afetados pelo uso de estimativas são: • Imposto de renda e contribuição social diferidos; • Determinação da vida útil dos ativos fixos; • Determinação da vida útil de ativos intangíveis; • Perda do valor recuperável de ativos não financeiros; • Estimativas de recuperação de contas a receber; • Reconhecimento e mensuração para provisões de ações judiciais; • Cálculo do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação futura das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos uma vez ao ano.

e. Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o propósito de honrar compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. A Companhia considera equivalentes de caixa um investimento de curto prazo com um prazo de três meses ou menos, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

f. Instrumentos financeiros. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido, no caso de ativos financeiros não registrados pelo valor justo por meio do resultado, dos custos da transação que sejam atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado é registrada no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, menos redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, em cada data de relatório, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Quando existe evidência objetiva de imparidade, a perda por imparidade é medida como a diferença entre o valor contábilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras esperadas mas não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábilístico do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se em um ano subsequente a perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou diminuída, ajustando-se a respectiva provisão. Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram e / ou quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume a obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, e transfere substancialmente todos os riscos e recompensas relacionados ao ativo.

Ativos financeiros - Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros. Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. "Juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimo (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atendessem a essa condição. Ao fazer esta avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia à fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

g. Estoques. Os estoques são representados por itens de manu-

tenção e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

h. Imobilizado. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, e o custo de construção incluem: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil da peça substituída é baixado. Todos os demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, no período incorrido. Itens do imobilizado são depreciados com base no método linear, considerando a vida útil econômica dos bens (conforme descrito na nota 11). Terrenos não são depreciados. Itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e disponíveis para uso. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

i. Intangível. Ativos intangíveis são representados por software adquiridos pela Companhia com vida útil definida, sendo mensurados pelo custo, menos amortização e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment). A cada data do balanço, a Companhia avalia se há evidências de redução do valor recuperável de um ativo financeiro. Se houver evidências ou se for necessário submeter um ativo a teste de impairment, a Companhia estima o valor recuperável deste ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos despesas de venda e o seu valor em uso. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto (antes de impostos) que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida em anos anteriores.

k. Provisões. As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

l. Receita operacional. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada em contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle de um serviço ao cliente. A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e o momento da satisfação de contratos com o cliente, incluindo condições de pagamento e a política de reconhecimento de receita relacionada. A receita é reconhecida de acordo com o regime de competência à medida que o serviço é prestado, o qual está vinculado aos serviços de armazenagem, transporte marítimo, operação logística e acesso ao porto. Os contratos de embarque de minério de ferro da empresa possuem cláusulas take-or-pay. As cláusulas take-or-pay são mecanismos contratuais que garantem o recebimento de um número mínimo de transações, independentemente do seu desempenho físico, caso o cliente não exerça o direito de realizá-las no prazo estabelecido. Para esses casos, a Companhia reconhece a receita de quebra quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos se torna remota.

Natureza do serviço	Natureza e momento da satisfação das obrigações de desempenho, incluindo termos de pagamento significativos	Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47
Embarque de minério de ferro (Take-or-pay) e transbordo de petróleo	As faturas de serviços take-or-pay são emitidas mensalmente e geralmente são pagas em 30 dias de Petróleo	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. A fase de determinação do valor da receita a reconhecer é avaliada com base no trabalho executado. Se os serviços em um único contrato forem prestados em diferentes períodos de relatório, a contraprestação é alocada com base em seus preços de venda independentes relativos.

m. Receitas e despesas financeiras. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado. As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre empréstimos de partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa efetiva de juros. Após o início das operações, cessou a capitalização dos custos de empréstimo e as despesas são reconhecidas no resultado. Os juros pagos sobre empréstimos no ano são apresentados no fluxo de caixa das atividades operacionais.

n. Imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos versus os respectivos valores contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legal de liquidar os ativos e passivos fiscais e quando lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável, quando aplicável. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável anual superior a R\$ 240 mil; e 9% do lucro tributável para contribuição social e considera a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com impostos correntes é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se aplicável. O valor dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado de impostos a pagar ou a receber que reflita as incertezas relacionadas ao seu cálculo, se houver. É mensurado com base no lucro anual total esperado, ou seja, a taxa média anual efetiva estimada é aplicada ao lucro antes dos impostos do período intermediário.

o. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes). Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de um evento passado, e é esperado que um benefício econômico seja gerado para liquidação da liquidação. As provisões são constituídas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários não correntes são ajustados a valor presente, assim como os ativos e passivos monetários correntes sempre que os efeitos são considerados significativos nas demonstrações financeiras globais. O ajuste a valor presente é calculado com base nos fluxos de caixa contratuais e nas taxas de juros explícitas, às vezes implícitas, dos respectivos ativos e passivos.

p. Arrendamentos. A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Definição de arrendamento. A Companhia classificou previamente os arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros com base nesta avaliação de se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente para a Companhia. De acordo com o CPC 06 / IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos que estão no balanço patrimonial. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização do arrendamento no balanço patrimonial para os arrendatários. Um locatário reconhece um ativo de direito de uso que representa seu direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilidade do locador permanece semelhante ao padrão atual - ou seja, os locadores continuam a classificar os arrendamentos como financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as orientações existentes sobre arrendamentos, incluindo o CPC 06 Arrendamentos e ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento usando sua taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 12,83% ao ano.

q. Novos padrões emitidos a partir de 01 de janeiro de 2020: Mudanças na estrutura conceitual. A administração da Companhia e sua controlada adotaram as novas definições do CPC 00 (R2) / Estrutura, e não identificaram impactos significativos com a adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2020.

Mudanças na Combinação de Negócios (CPC 15 / IFRS 3) - Nova definição de negócios. A administração da Companhia e suas controladas analisaram as novas definições do CPC 15 e entenderam que não era aplicável.

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras (CPC 26 / IAS 1) e Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros (CPC 23 / IAS 8) - Definição de materialidade. As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas podem ser aplicadas antes. Porém, não há impactos relevantes - os refinamentos não visam alterar o conceito de materialidade.

Mudanças nos instrumentos financeiros (CPC 40 / IFRS 7), Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários (CPC 08 / IAS 39) e Instrumentos financeiros: Divulgações (CPC 48 / IFRS 9) - Reforma do Índice de Taxa de Juros. A administração da Companhia e suas controladas analisaram as novas definições e entenderam que não eram aplicáveis.

Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos aos arrendatários por meio de contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06 / IFRS 16). A administração da Companhia e suas controladas analisaram as novas definições e entenderam que não eram aplicáveis.

4 Novos padrões e inter-pretações ainda não efetivas. International Accounting Standards Board (IASB). As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não foram adotadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2020:

Reforma da taxa referencial de Juros (fase 2)

- **Modificações as normas IFRS 9 / CPC 48,** global dos benchmarks de taxa de juros, 1º de janeiro-IFRS 7 / CPC 40, IAS 39 que inclui a substituição de algumas ta-ro de 2021, / CPC 08, IFRS 4 / CPC xas interbancárias oferecidas (LIBOR) Aplicação 11 e IFRS 16 / CPC 06 por taxas de referência alternativas retrospectiva.

Mudanças nas Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do IAS 37, que esclarecem os tipos de 1º de janeiro-custos que uma empresa inclui como os ro de 2022, custo de cumprimento de um contrato Aplicação 25 ao avaliar se um contrato é oneroso prospectiva.

Avaliando se um contrato é oneroso - Alterações às IAS 37 / CPC 25 - Mudanças nas Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do IAS 37, que esclarecem os tipos de 1º de janeiro-custos que uma empresa inclui como os ro de 2022, custo de cumprimento de um contrato Aplicação 25 ao avaliar se um contrato é oneroso prospectiva.

Melhorias anuais nas normas IFRS - Alterações às IAS 37 / CPC 25 - Mudanças nas Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do IAS 37, que esclarecem os tipos de 1º de janeiro-custos que uma empresa inclui como os ro de 2022, custo de cumprimento de um contrato Aplicação 25 ao avaliar se um contrato é oneroso prospectiva.

Contabilização de despesas antes do uso relacionado do imobilizado esteja pretendido de um ativo ponível para uso deve ser reconhecido - Alterações às IAS 16 / CPC 27 - De acordo com as alterações, o produto da venda de itens antes que o item relacionado do imobilizado esteja disponível para uso deve ser reconhecido no resultado, juntamente com os custos de produção desses itens.

Classificando passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações às IAS 1 / CPC 27 - De acordo com os requisitos da IAS 1 existentes, as empresas classificam um passivo como circulante quando não têm um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o final do período de relatório. Como parte de suas alterações, o Conselho eliminou a exigência de um direito de ser incondicional e, em 1º de janeiro-vez disso, agora exige que o direito de diferir a liquidação tenha substância e Aplicação 26 exista no final do período de relatório. prospectiva.

IFRS 17 / CPC 11 - Contratos de seguro - Esta IFRS substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação de contratos de seguro e resseguro. Aplicação 26

Com relação às alterações listadas acima, a Companhia não espera impactos significativos a partir da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	306	185	474	701
Equivalentes de caixa	-	-	-	-
Fundos de investimento	-	23.393	-	23.604
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	78.247	15.022	78.669	15.022
	78.553	38.600	79.143	39.327

As aplicações financeiras de alta liquidez são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A rentabilidade das aplicações foi de 100,91% da taxa dos Depósitos Interfinanceiros (DI) no último trimestre de 2020. A carteira atualmente é composta por certificados de depósitos emitidos pelo Santander e Banco ABC. **6 Estoques.** Em 2020, o saldo individual e consolidado dos estoques aplicados na manutenção dos equipamentos totalizou R\$ 29.064 (R\$ 25.937 em 2019). **7 Imposto de renda e contribuição social.** As movimentações no imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são as seguintes:

	Controladora	Consolidado	
	2019 vo)	registrado	2020
Prejuízos fiscais	36.428	(36.428)	-
Diferenças temporárias: Provisão de bônus, contingências e outros	-	-	-
Diferença entre a base de impostos e o valor contábil – ativos diferidos	19.866	(2.106)	17.760
Outros	-	1.078	1.078
Total de imposto diferido ativo	56.294	(37.456)	18.838

Passivos

Diferença entre a base de impostos e o valor contábil das taxas de depreciação (60.980) (13.193) (74.173)

Diferenças Temporárias:

Juros Capitalizados (51.154) (22.697) (73.851)

Depósitos judiciais (1.739) 366 (1.373)

Total de imposto diferido passivo (113.873) (35.524) (149.397)

Efeito líquido (57.579) (72.980) (130.559)

A recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo é suportada por um plano de negócios aprovado pela Diretoria Executiva. A Administração da Empresa avalia o valor contábil dos ativos fiscais diferidos com base na receita tributável futura projetada da Empresa e mantém esses ativos em seu valor de realização esperado. A reconciliação do imposto de renda e contribuição social declarados e o valor apurado pela aplicação da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

Imposto de renda e contribuição social	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes de impostos de renda e contribuição social	658.949	635.735	658.974	635.897
Imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva de 34%	(224.043)	(216.150)	(224.051)	(216.205)
Efeito da alíquota sobre o lucro presumido	-	-	(25)	(162)
Ajustes:				
Diferido – Prejuízo fiscal AAMFB e Prumo Logística	-	4.829	-	4.829
Atuações fiscais (a)	(19.301)	-	(19.301)	-
PERT (Programa de regularização tributária)	-	3.320	-	3.320
Diferido - Provisão e reversão de provisão	(3.398)	(14.660)	(3.398)	(14.660)
Outros	2.256	(3.593)	2.264	(3.538)
Total	(244.486)	(226.254)	(244.511)	(226.416)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(173.045)	(118.187)	(173.070)	(118.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(71.441)	(108.067)	(71.441)	(108.067)
Total Imposto de renda e contribuição social	(244.486)	(226.254)	(244.511)	(226.416)
Alíquota efetiva	37%	36%	37%	36%

(a) Em 16 de novembro de 2020, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil ("RFB") quanto à dedução dos juros capitalizados e amortização do ágio da incorporação, para o período de 2015 a 2017. A Ferroport não concorda com os termos e cálculos da RFB no valor de R\$ 235.074 e questiona o pagamento com base nos livros de trabalho da Companhia, acordos de acionistas e pareceres jurídicos. Entretanto, a Companhia reconhece que há uma diferença no cálculo da base de amortização diferida no montante de R\$ 19.301. De acordo com essa diferença identificada, a Companhia emitiu e registrou novos termos, apresentou novo cálculo e foi encaminhado à RFB.

	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda	9.417	49.969	9.417	49.969
Contribuição social	3.298	17.153	3.298	17.153
PIS e COFINS	4.175	8.009	4.204	8.009
INSS	-	-	59	54
ISS	48	47	48	68
Outros	4	-	13	-
Subtotal impostos a recuperar	16.942	75.178	17.039	75.253
Impostos a recuperar	-	784	33	784
Contribuição social	-	3	10	3
Total de imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	787	43	787
Total	16.942	75.965	17.082	76.040

	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social (a)	32.563	-	35.453	-
Outros	1.846	-	1.759	-
	34.409		37.212	

(a) A Companhia questiona o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido reconhecido em sua fase pré-operacional e impetrou Mandado de Segurança em janeiro de 2008, efetuando depósito judicial no valor original de R\$ 14.603 (R\$ 35.921 em novembro de 2020) A Ferroport obteve decisão desfavorável e aguarda julgamento de seu recurso. O valor depositado está integralmente reservado na rubrica "Impostos a pagar". Em dezembro de 2020, a 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro obteve decisão favorável, com devolução parcial do depósito judicial no valor de R\$ 3.358. O valor foi recebido em 4 de dezembro de 2020. O valor total em dezembro de 2020 é de R\$ 32.563.

10 Investimento em controlada. Os investimentos em controladas são os seguintes:

	Resultado de equi-Adições valência patrimonial		2020	
	2019	2020	2019	2020
Ferroport Serviços EIRELLI (a)	845	-	(114)	731

(a) Como mencionado na nota 1.1, A Ferroport Serviços iniciou a operação em Agosto de 2018.

Direct subsidiaries	Número de ações (em milhares)	Patri-Ativo	mônio Pas-sivo	Prejuizo Ca-no período Líquido
---------------------	-------------------------------	-------------	----------------	--------------------------------



Controladora e consolidado				
Fornecedores	Ativos	Ativos de direito de uso	Passivo de arrendamento	Taxa de juros
Localiza	Veículos	1.049	1.145	38 1,0280%
Transbarra	Máquinas e equipamentos	1.528	1.639	36 0,9902%
Ormec	Máquinas e equipamentos	367	368	24 0,9902%
Solaris	Máquinas e equipamentos	123	138	36 0,9902%
		3.067	3.290	

Para a obtenção das taxas de juros, a Companhia simulou a obtenção de recursos junto de instituições financeiras para aquisição dos ativos subjacentes, com prazos semelhantes aos respectivos contratos. Os Movimentos do direito de uso de ativos e passivos de locação, com os respectivos saldos finais em 31 de dezembro de 2020, são os seguintes:

Controladora e consolidado				
Ativos	01/01/2020	Adições	(-) Depreciação	31/12/2020
Direito de uso - Veículos	1.688	135	(637)	1.186
Direito de uso - Máquinas e equipamentos	2.595	383	(1.097)	1.881
	4.283	518	(1.734)	3.067

Controladora e consolidado				
Ativos	01/01/2019	Adições	(-) Depreciação	31/12/2019
Direito de uso - Veículos	2.128	160	(600)	1.688
Direito de uso - Máquinas e equipamentos	838	2.799	(1.042)	2.595
	2.966	2.959	(1.642)	4.283

Controladora e consolidado						
Passivo	01/01/2020	Adições	Transfêrência	Juros	Pagamentos	31/12/2020
Circulante	1.569	242	1.696	454	(2.071)	1.890
Não circulante	2.820	276	(1.696)	-	-	1.400
	4.389	518	-	454	(2.071)	3.290

Controladora e consolidado						
Passivo	01/01/2019	Adições	Transfêrência	Juros	Pagamentos	31/12/2019
Circulante	1.047	984	1.075	385	(1.922)	1.569
Não circulante	1.919	1.976	(1.075)	-	-	2.820
	2.966	2.960	-	385	(1.922)	4.389

Controladora e consolidado					
Pagamentos	2020		2019		
	Fixos (Arrendamento)	Variáveis (Custo)	Fixos (Arrendamento)	Variáveis (Custo)	Total
Veículos	(770)	(36)	(806)	(779)	(39)
Máquinas e equipamentos	(1.301)	(78)	(1.379)	(1.143)	(77)
	(2.071)	(114)	(2.185)	(1.922)	(116)

A tabela a seguir descreve os prazos de vencimento dos passivos de arrendamento, considerando os fluxos de caixa futuros de pagamento de principal e juros conforme previsão contratual, com posição em 31 de dezembro de 2020:

Controladora e consolidado				
Passivo de arrendamento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
	917	973	1.400	3.290

12 Imobilizado

Controladora e consolidado	Taxa de Depreciação anual%	Custo	Depreciação acumulada em 2020	Saldo líquido em 2019	Saldo líquido em 2020
Benefeitorias	4	66.220	(65.144)	1.076	1.131
Móveis e utensílios	10	1.067	(554)	513	251
Veículos	20 e 25	1.332	(1.054)	278	375
Equipamentos de informática	20	10.176	(4.182)	5.994	5.463
Máquinas e equipamentos	50	30.038	(5.958)	24.080	8.148
Equipamentos eletrônicos	20	1.396	(530)	866	408
Defensas	10	4.031	(2.315)	1.716	2.102
Quebra-Mar	2,22	853.058	(114.125)	738.933	756.940
Canal de acesso marítimo	2,22	451.796	(44.462)	407.334	414.057
Pier - Terminal Portuário	2,22	830.479	(85.996)	744.483	761.940
Equipamentos de segurança	10	20.854	(8.306)	12.548	13.325
Ferramentas e equipamentos operacionais	5 e 20	33.920	(9.718)	24.202	16.648
Obras em andamento	-	127.759	-	127.759	109.382
Outros	10 e 5	17.421	(5.523)	11.898	5.718
		2.449.547	(347.867)	2.101.680	2.095.888

Controladora e consolidado	Taxa de Depreciação anual%	Custo	Depreciação acumulada em 2018	Transfêrência	2019
Benefeitorias	4	69.730	-	(3.510)	66.220
Móveis e utensílios	10	676	55	-	731
Veículos	20	1.039	293	-	1.332
Equipamentos de informática	20	7.361	1.324	-	8.685
Máquinas e equipamentos	10	7.548	5.476	(602)	12.422
Equipamentos eletrônicos	20	6.015	94	(5.327)	782
Defensas	10	4.031	-	-	4.031
Quebra-Mar	2,22	851.433	940	-	852.373
Canal de acesso marítimo	2,22	451.690	106	-	451.796
Pier - Terminal Portuário	2,22	830.202	196	(1.546)	828.852
Equipamentos de segurança	10	18.549	725	840	20.114
Ferramentas e equipamentos operacionais	10 e 5	9.750	6.898	-	16.648
Obras em andamento	-	94.667	11.376	3.339	109.382
Outros	10 e 5	10.378	336	6.806	17.520
		2.363.069	27.819	-	2.390.888

Controladora e consolidado	Taxa de Depreciação anual%	Custo	Depreciação acumulada em 2018	Transfêrência	2019
Benefeitorias	4	(69.113)	(56)	4.080	(65.089)
Móveis e utensílios	10	(430)	(49)	-	(479)
Veículos	20	(921)	(36)	-	(957)
Equipamentos de informática	20	(2.449)	(773)	-	(3.222)
Máquinas e equipamentos	10	(2.433)	(970)	(871)	(4.274)
Equipamentos eletrônicos	20	(4.183)	(112)	3.921	(374)
Defensas	10	(1.543)	(386)	-	(1.929)
Quebra-Mar	2,22	(76.740)	(18.693)	-	(95.433)
Canal de acesso marítimo	2,22	(31.017)	(6.722)	-	(37.739)
Pier - Terminal Portuário	2,22	(52.992)	(13.920)	-	(66.912)
Equipamentos de segurança	10	(5.346)	(1.443)	-	(6.789)
Outros	10 e 5	(2.148)	(2.525)	(7.130)	(11.803)
		(249.315)	(45.685)	-	(295.000)
		2.113.754	(17.866)	-	2.095.888

Controladora e consolidado	Taxa de Depreciação anual%	Custo	Depreciação acumulada em 2019	Baixas	2020
Benefeitorias	4	66.220	-	-	66.220
Móveis e utensílios	10	731	336	-	1.067
Veículos	20	1.332	-	-	1.332
Equipamentos de informática	20	8.685	1.491	-	10.176
Máquinas e equipamentos	10	12.422	17.616	-	30.038
Equipamentos eletrônicos	20	782	614	-	1.396
Defensas	10	4.031	-	-	4.031
Quebra-Mar	2,22	852.373	685	-	853.058
Canal de acesso marítimo	2,22	451.796	-	-	451.796
Pier - Terminal Portuário	2,22	828.852	1.627	-	830.479
Equipamentos de segurança	10	20.114	740	-	20.854
Ferramentas e equipamentos operacionais	10 e 5	16.648	17.272	-	33.920
Obras em andamento	-	109.382	18.398	(21)	127.759
Outros	10 e 5	17.520	(99)	(99)	17.421
		2.390.888	58.779	(120)	2.449.547

Controladora e consolidado				
Depreciação	2019	Adições	2020	
Benefeitorias	4	(65.089)	(55)	(65.144)
Móveis e utensílios	10	(479)	(75)	(554)
Veículos	20	(957)	(97)	(1.054)
Equipamentos de informática	20	(3.222)	(960)	(4.182)
Máquinas e equipamentos	10	(4.274)	(1.684)	(5.958)
Equipamentos eletrônicos	20	(374)	(156)	(530)
Defensas	10	(1.929)	(386)	(2.315)
Quebra-Mar	2,22	(95.433)	(18.692)	(114.125)
Canal de acesso marítimo	2,22	(37.739)	(6.723)	(44.462)
Pier - Terminal Portuário	2,22	(66.912)	(19.084)	(85.996)
Equipamentos de segurança	5 e 20	(6.789)	(1.517)	(8.306)
Outros	10	(6.573)	(3.145)	(9.718)
Benefeitorias	10 e 5	(5.230)	(293)	(5.523)
		(295.000)	(52.867)	(347.867)
		2.095.888	5.912	2.101.800

Alocação de Ativos. Como mencionado anteriormente, a Companhia, a Açúcar Petróleo e a AAMFB assinaram o Acordo de Asset Allocation, no qual é determinado a responsabilidade da Ferroport na construção do terminal portuário T1, e define a alocação de ativos entre as partes, meios de pagamento, transferência de ativos divisíveis e as regras para propriedade conjunta dos ativos indivisíveis. Os ativos divisíveis são transferidos para as partes conforme previsto no Acordo. Em relação aos ativos indivisíveis, cada companhia possui uma participação nos ativos ("contrato de condomínio") de acordo com o valor total investido na construção.

13 Intangível

Controladora e consolidado				
Amortização	2019	Adições	2020	
Custo				
Licença de uso de software	5 anos	11.063	750	11.813
Custo total		11.063	750	11.813
Amortização				
Licença de uso de software	5 anos	(10.380)	(860)	(11.240)
Amortização total		(10.380)	(860)	(11.240)
		683	(110)	573

14 Transações com partes relacionadas

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos a serem transferidos à AAMFB (a)	210.102	210.102	210.102	210.102
Contas a receber da AAMFB (b)	158.955	369.229	158.955	369.229
Contas a receber da Açúcar Petróleo (c)	2.275	4.211	2.275	4.389
	371.332	583.542	371.332	583.720

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
AAMFB	528	469	528	469
Açúcar Petróleo	236	199	236	199
Ferroport Serviços	-	97	-	-
Circulante	161.994	373.440	161.994	373.521
Não circulante	210.102	210.102	210.102	210.102
	2020	2019	2020	2019

Nota de Crédito
AAMFB 528 469 528 469
Açúcar Petróleo 236 199 236 199
Ferroport Serviços - 97 -
Circulante 161.994 373.440 161.994 373.521
Não circulante 210.102 210.102 210.102 210.102

Passivos
Adiantamentos para transferência de ativos
AAMFB (a) 210.102 210.102 210.102 210.102
Mútuos
Prumo Participações e Investimentos 300.376 646.433 300.376 646.433
IRRF sobre empréstimo 153 47.438 153 47.438
Anglo American Capital London 253.663 554.944 253.663 554.944
764.294 1.458.917 764.294 1.458.917

Receita Diferida
Receita Diferida de parte relacionada (d) 48.447 50.641 48.447 50.641
Circulante 142.000 137.000 142.000 137.000
Não Circulante 622.294 1.321.916 622.294 1.321.916
(a) Refere-se aos ativos divisíveis a serem transferidos à AAMFB, conforme descrito no Acordo constante na Nota 1. (b) Recebíveis do acordo de take-or-pay com AAMFB e compensação financeira em virtude do Settlement Agreement, conforme descrito na nota 18. (c) Recebíveis do acordo de Port Access Agreement referente às operações de transbordo de petróleo. (d) Em Janeiro de 2008, foi firmado um acordo com a Porto do Açúcar de concessão do direito de acesso às instalações portuárias para carregamento e descarregamento de navios. Este contrato, no valor de R\$ 62.159, tem vigência por 35 anos, renovável por mais 35 anos, e foi pago integralmente em 31 de dezembro de 2009. A receita será reconhecida ao longo do termo do contrato. Após o início das operações em outubro de 2014, iniciou-se a amortização mensal destes valores reconhecido como outras receitas.

Vencimento e juros. Os empréstimos intercompanhias são determinados em reais (BRL) e estão sujeitos a juros anuais de 100% do CDI mais 2% a.a. Os empréstimos intercompanhias não têm cláusulas restritivas ou garantias. A Companhia deve reembolsar todos os valores em aberto, incluindo quaisquer juros pendentes, de acordo com todos os empréstimos de acionistas até 31 de dezembro de 2030. As transações que afetam o lucro ou prejuízo são as seguintes:

Receita	Recargas (despesas)		Recargas (despesas)	
	Controladora	Consolidado	2020	2019
AAMFB - take-or-pay agreement (a)	864.037	878.595	864.037	878.595
Açúcar Petróleo	29.659	47.820	29.659	47.820
Ferroport Serviços	265	1.571	-	-
Anglo American	-	(1.910)	-	(1.910)
Porto do Açúcar	(1.088)	-	(1.088)	-
Açúcar Petróleo	(60)	-	(60)	-
GNA	(40)	-	(40)	-

Despesas Financeiras
Juros sobre empréstimos
Prumo Participações e Investimentos (22.513) (57.800) (22.513) (57.800)
Anglo American Capital London (20.367) (54.441) (20.367) (54.441)
849.893 813.835 849.628 812.264

(a) Em 18 de abril de 2018, a AAMFB notificou a Ferroport discutindo a ocorrência de vários incidentes envolvendo o mineroduto, e os pagamentos de ToP foram suspensos. Em 09 de dezembro de 2019, a Ferroport e seus acionistas celebraram o Settlement Agreement a fim de encerrar de forma irrevogável a quitação dos pleitos e defesas efetuados em virtude do procedimento arbitral, sem qualquer consideração sobre o mérito da arbitragem, conforme descrito na nota 18. Reconciliação de ativos e passivos com as atividades de financiamento dos fluxos de caixa:

Passivos



dos acordos de compensação.

	A vencer	Até 6 meses	Até 1 ano	De 1 ano até 11 anos	Total
Passivos financeiros					
Fornecedores	-	56.230	-	-	56.230
Empréstimos com partes relacionadas	210.102	190.126	376.566	133.603.910	397.102.184
Total por faixa de vencimento	210.102	246.356	376.566	133.603.910	966.627

Os acionistas da Empresa apoiaram a implementação do plano de negócios. O Capex restante para a conclusão será financiado pela geração de caixa da Empresa e pelos acionistas quando exigido pelo Acordo. **Risco de crédito.** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia adota como prática a análise de "rating" das instituições financeiras através de relatórios de créditos elaborados pelas principais agências com objetivo de classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco. A exposição ao risco de crédito da Companhia é influenciada principalmente pelas características de cada cliente. Entretanto, a Administração considera

os fatores que podem influenciar o risco de crédito dos seus clientes, incluindo o risco associado ao ramo de atividade exercido pelo cliente. A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa de R\$ 79.143 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 39.327 em 31 de dezembro de 2019). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com contrapartes de bancos e instituições financeiras, que são classificadas como AAA com base na classificação da agência S&P. Na exposição ao risco de crédito estão os seguintes:

	2020	2019
Instrumentos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	79.143	39.327
Contas a receber (Partes relacionadas)	161.994	373.521
	241.137	412.848

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a receita com serviços da Companhia está inteiramente relacionada aos serviços prestados a partes relacionadas. Caixa e bancos e equivalentes de caixa são investidos em instituições bancárias com rating no mínimo A. **Gerenciamento de capital.** Os recursos da Companhia para desenvolver seu plano de negócios foram financiados integralmente por meio de contribuições de capital e empréstimos dos acionistas. A tesouraria da Companhia monitora os recursos necessários para capital de giro e investimentos, que são disponibilizados pelos acionistas em cada mês. A Companhia iniciou suas operações em outubro de 2014 e desde

então começou a gerar caixa operacional; os recursos adicionais necessários para a conclusão da construção do porto também serão financiados pelos acionistas por meio de empréstimos adicionais quando exigido pelo Acordo e pela geração de caixa operacional. **25 Cobertura de seguros.** A política da Companhia consiste em contratar cobertura de seguro para ativos sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir sinistros, se houver, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as coberturas de seguros eram as seguintes:

	2020	2019
Danos materiais e lucros cessantes	2.642.100	2.430.200
Responsabilidade Civil	259.835	201.535
Responsabilidade Civil Ambiental	30.000	30.000
Diretores e Administradores (D&O)	60.000	60.000

Carsten Bosselmann
Diretor Presidente e de Operações
Marcelo Amaral Palladino
Diretor Financeiro
Douglas dos Santos Guimarães
Contador CRC-RJ-110416/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. Rio de Janeiro – RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às

circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Rio de Janeiro, 25 de março de 2021
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Original em inglês assinado por Juliana Ribeiro de Oliveira
Contadora CRC RJ-095335/O-0